

Líder governista sugere procedimento para votação de projetos prioritários

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Um acordo de procedimento, que garanta ainda neste semestre, a votação das principais matérias que tramitam no Congresso, sem qualquer compromisso com o seu mérito, é o que deverá propor hoje o líder do bloco governista, deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), no primeiro encontro do colegiado de líderes da Câmara. Uma das primeiras resistências à sua proposta deverá partir do PT, que anunciou ontem não pretender contribuir para a votação do projeto de lei do Executivo que propõe a criação da Secretaria de Governo.

O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, decidiu ontem que não haverá ordem do dia nas sessões dos dias 4, 5 e 6, o que na prática representa a não-realização das sessões. Os parlamentares que não marcarem presença não serão considerados faltosos. Os trabalhos recomeçam no dia 9.

De acordo com Luiz Eduardo Magalhães existem pelo menos dez projetos considerados prioritá-

rios entre os partidos que apóiam o governo e os que fazem oposição. "O PFL, por exemplo, está disposto a aprovar as propostas de modernização dos portos, a lei de patentes e o projeto sobre concessão de serviços públicos, além de contribuir para a aprovação do projeto que cria a Secretaria de Governo", avalia. Ele acredita que todos os partidos deveriam indicar representantes de suas bancadas para discutir, em conjunto, o mérito dessas matérias, com o objetivo de diminuir atritos.

"A partir daí, os projetos iriam para plenário e a aprovação de cada um seria decidida no voto. Mas queremos a garantia de que todos sejam votados", explica Magalhães. Hoje, à noite, num jantar que será promovido pelo presidente da Câmara, e que deve contar com a presença de todos os líderes partidários, o deputado terá uma primeira chance de negociar a aprovação de sua proposta.

O PT, segundo um de seus vice-líderes, o deputado Pedro Tonelli (PR), deverá expressar sua posição contrária ao projeto de lei



Ibsen Pinheiro

do executivo que cria a Secretaria de Governo. "Não vamos apoiar qualquer pedido de urgência urgentíssima", garante Tonelli. Ele justifica a postura do partido dizendo que a nova secretaria "explicita uma composição política", resuscitando a velha tese do "toma lá, dá cá".

O acordo de procedimento proposto pelo deputado Luiz Eduardo Magalhães poderá ficar mais complicado em relação às propostas de emendas constitucionais, ele reconhece. Na sua opinião, a única que tem a

sua aprovação praticamente certa é a que antecipa a realização do plebiscito sobre sistema de governo para 21 de abril de 1993. Das cinco emendas do chamado "emendão", o governo tem chances de aprovar apenas uma ou duas, possivelmente a de modernização da economia e a do ajuste fiscal — isso, sem incluir as medidas que reduzem os repasses de ICMS para municípios.

SOUTO PEDE URGÊNCIA

Já o líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto, pedirá regime de urgência urgentíssima para a votação do projeto de lei que cria a Secretaria de Governo da presidência da República. Ele levará a sugestão ao colégio de líderes.

Se as lideranças partidárias concordarem em votar a matéria com urgência, ela deverá entrar na pauta logo após o carnaval. Outra alternativa seria a aceitação para decidir a questão por voto de liderança. Se isso acontecer, no que nem Humberto Souto acredita, o projeto poderia ser aprovado ainda esta semana.